

## SITUAÇÕES DE CRISE: BRUMADINHO

### Termo firmado entre a Defensoria de Minas e a Vale S.A. é opção para reparação aos atingidos

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) assinou Termo de Compromisso com a Vale S. A., com o objetivo de pagamento célere de indenizações extrajudiciais, individuais ou por núcleo familiar, por danos materiais e morais aos atingidos pelo rom-

pimento da Barragem da Mina do Feijão, em Brumadinho. O Termo foi anunciado pela DPMG em entrevista coletiva à imprensa realizada na sede da Instituição no dia 8 de abril.

PÁGINA 3

### DPMG inaugura sede permanente para atender vítimas



A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) inaugurou, em Brumadinho, uma sede permanente para atendimento às vítimas do rompimento da Barragem da Mina do Feijão. O local já está em funcionamento desde o dia 18 de março. A cerimônia oficial de inauguração foi realizada no dia 1º de abril.

Questões sucessórias, como alvarás e inventários; orientações sobre o pagamento emergencial; indenizações e reparações das pessoas que tiveram perda de renda ou imóvel atingido estão entre as principais demandas atendidas.

PÁGINAS 4-5

### Comemorações do Dia da Mulher provocam debates e educação em direitos na capital e no interior

PÁGINAS 13-16

### DPMG obtém êxito em ADI's suspendendo cobrança de taxas de serviços públicos em Janaúba, Pirapora e Sabará

PÁGINA 24

#### AINDA NESTA EDIÇÃO

- > Agenda externa do DPG PÁGINAS 7-10
- > Escola Superior PÁGINA 12
- > Ações em destaque PÁGINAS 13-24

- > Situações de crise PÁGINAS 6 e 25-27
- > DPMG participa PÁGINA 28-30
- > Convites PÁGINA 31
- > Comunicados internos PÁGINAS 32-33



## EDITORIAL

Em continuidade ao trabalho de buscar formas efetivas e ágeis para reparação dos danos morais e materiais dos atingidos pelo rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) realizou expressivos avanços nos últimos 30 dias.

Em consonância com a atribuição constitucional da Defensoria Pública para firmar acordos individuais, um Termo de Compromisso foi assinado entre a DPMG e a Vale S.A., com o objetivo de pagamento célere de indenizações extrajudiciais, individuais ou por núcleo familiar, por danos materiais e morais. Foi um importante e decisivo passo para amenizar a dor das vítimas.

O documento é um dos resultados da atuação da Defensoria mineira, presente na região junto aos assistidos desde 25 de janeiro, data do desastre, e corresponde à atribuição própria da Instituição de promover extrajudicialmente a composição de danos. A adesão ao acordo é voluntária e não exclui o acesso a ações judiciais, individuais e coletivas. O termo foi assinado no dia 5 de abril e, no dia 8, foi iniciado o atendimento dos defensores públicos para orientar e intermediar os acordos na unidade de Brumadinho.

A unidade própria da Defensoria Pública de Minas Gerais é outra conquista importante para a população de Brumadinho. A sede no município foi inaugurada oficialmente em 18 de março. Lá, cinco defensores atendem os atingidos pelo desastre, prestando informações e orientações. A instalação do espaço reafirma o compromisso da DPMG com o município e sua população, além de proporcionar a humanização e dignidade da assistência jurídica prestada ao cidadão vulnerável.

Acompanhe nesta edição do *boletim* outras atividades relacionadas, como nossa participação na primeira reunião de trabalho do Comitê Pró-Brumadinho, grupo criado pelo Governo do Estado para reunir as ações de recuperação socioeconômica e ambiental, relacionadas ao desastre.

Destaca-se também o encontro “Atuação Estratégica das Defensorias Públicas nas Situações de Crise”, que promovemos para aperfeiçoar ainda mais a atuação em busca de soluções rápidas e eficazes e em defesa dos direitos das pessoas atingidas por desastres.

Na seara da segurança pública, a Defensoria de Minas esteve presente na apresentação do diagnóstico do sistema prisional pelo Governo estadual e em reuniões da cúpula da Segurança Pública do Estado realizadas durante visita técnica na região do Triângulo Mineiro.

Confira também atuações de destaque, como o êxito em ação para fornecimento de medicação na comarca de Ouro Fino; em ação cautelar para interdição parcial de presídio por superlotação e falta de segurança em Ervália; e o acolhimento de pedido da DPMG para que o valor da fiança paga por agressor seja usado para indenização por dano moral de vítima de violência doméstica, em Janaúba.

Outros resultados positivos foram obtidos em Ações Diretas de Inconstitucionalidade para suspensão de taxas dos municípios de Sabará, Pirapora e Janaúba, cujos acórdãos enfatizaram o perfil universal da legitimidade ativa da Defensoria Pública para o controle de constitucionalidade.

Acompanhe, ainda, informações sobre a posse da nova diretoria da Adep-MG, além das participações em eventos interinstitucionais e em atividades alusivas ao Mês da Mulher.

**Gério Patrocínio Soares**  
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

## SITUAÇÕES DE CRISE

# Termo firmado entre a DPMG e a Vale S.A. é opção para reparação aos atingidos em Brumadinho

*Adesão do assistido à possibilidade de acordo é voluntária e não exclui ganhos com futuras ações judiciais coletivas ou individuais*

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) assinou Termo de Compromisso com a Vale S. A., com o objetivo de pagamento célere de indenizações extrajudiciais, individuais ou por núcleo familiar, por danos materiais e morais aos atingidos pelo rompimento da Barragem da Mina do Feijão em Brumadinho. O Termo foi anunciado pela DPMG em entrevista coletiva à imprensa realizada na sede da Instituição no dia 8 de abril.

O Termo de Compromisso foi assinado na sexta-feira, dia 5 de abril, e o atendimento dos defensores públicos para orientar e intermediar os acordos foi iniciado na semana seguinte, na unidade da DPMG em Brumadinho, localizada na Rua Oligisto 197, bairro Ipiranga. As pessoas atingidas que tiverem interesse em analisar o acordo devem agendar atendimento de forma presencial.

O documento é um dos resultados da atuação da Defensoria Pública do Estado desde 25 de janeiro, data do desastre, e corresponde à atribuição própria da Instituição de promover extrajudicialmente a composição de danos, conforme frisa a defensora pública-geral em exercício, Luciana Leão Lara Luce. “A adesão ao acordo é voluntária e não exclui o acesso a ações judiciais, individuais e coletivas”, ressalta a defensora.

“A possibilidade do acordo é outra porta que a Defensoria mineira apresenta para reparação dos danos. As pessoas continuam podendo buscar também seus direitos na Justiça e se utilizar dos serviços de outras instituições públicas e entidades legitimadas para os processos judiciais coletivos”, explica o defensor público Felipe Soledade.

O Termo de Compromisso prevê que “tudo o que for objeto de ações coletivas judiciais futuras e que eventualmente não tenha sido contemplado no acordo proposto será agregado ao mesmo, ou seja, os valores serão somados”, esclarece Soledade. A estimativa é a de que a reparação ocorra em um prazo de 30 dias, desde o primeiro atendimento até o pagamento da indenização. “Assim acreditamos que o atingido possa



retomar o curso da vida depois dessa tragédia”, diz o defensor.

O coordenador do Núcleo Estratégico de Proteção aos Vulneráveis em Situação de Crise, defensor Antônio Lopes de Carvalho Filho, explica a dinâmica. “A pessoa que se sentir madura para pensar sobre o dano pode procurar a Defensoria de Minas, em Brumadinho. O defensor público, em conjunto com o atingido, vai compreender as demandas, caso a caso, e transformar isso em substância jurídica. O documento será encaminhado para a Vale e, depois do retorno da empresa, o assistido terá prazo para reflexão e, após a formalização jurídica, haverá também prazo para arrependimento”.

Antônio Lopes de Carvalho destaca que o Termo de Compromisso abarca extensa multiplicidade de danos e foi elaborado seguindo a melhor técnica jurídica, adotando os melhores padrões jurisprudenciais, tanto nacionais quanto internacionais. “Ao abrir mais essa alternativa em benefício da população, baseada no consenso, possibilitamos que as pessoas sejam efetivamente reparadas, em parâmetros, os melhores possíveis e em um curto espaço de tempo”, enfatiza.

Em respeito à individualidade, privacidade e segurança dos atingidos, a Defensoria Pública de Minas Gerais não divulgará publicamente as diretrizes e termos de acordo, as quais serão disponibilizadas para os assistidos. A Defensoria Pública tem atribuição constitucional para firmar acordos individuais.

[Saiba mais sobre o Termo de Compromisso](#)

### NA MÍDIA

[MGTV 1ª Edição](#)

[G1 Minas](#)

[Jornal Hoje](#)

[“Estado de Minas”](#)

[Jornal “O Tempo”](#)

[Jornal “Hoje Em Dia”](#)

[Portal R7](#)

[Rádio Itatiaia](#)

## SITUAÇÕES DE CRISE: BRUMADINHO

# Sede permanente da DPMG para atender vítimas do desastre

*A cerimônia oficial de inauguração foi realizada no dia 1º de abril.*

Em Brumadinho, desde 25 de janeiro, data do rompimento da barragem, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais inicialmente prestou atendimento na Estação Conhecimento e também nos postos de cadastro da empresa Vale, além do trabalho realizado durante visitas e audiências com as comunidades atingidas. A partir de 31 de janeiro, a DPMG instalou escritório móvel no município. E, desde 18 de março, cinco defensores públicos estão atendendo na nova sede.

Com localização próxima ao fórum da comarca, as instalações da nova sede da DPMG no município contam com acessibilidade facilitada, salas de conciliação e de espera e atendimento dos defensores públicos em ambientes individuais, proporcionando a humanização e dignidade da assistência jurídica prestada ao cidadão vulnerável.

O atendimento é voltado para pessoas atingidas pelo rompimento da barragem. Questões sucessórias, como alvarás e inventários; orientações sobre o pagamento emergencial; indenizações e reparações das pessoas que tiveram perda de renda ou imóvel atingido estão entre as principais demandas atendidas.

### Foco na população

O compromisso da Defensoria de Minas com a cidade de Brumadinho e toda a sua população foi enfatizado pelo defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, durante a cerimônia.

“A Defensoria veio para ficar e a sede simboliza esse propósito. É um ambiente para que a gente possa discutir a tragédia, de forma a buscar a justa reparação, o acesso ao direito e à informação”. O DPG frisou o foco



da Instituição na população e agradeceu a confiança e a credibilidade conquistados junto aos assistidos e às instituições, com o trabalho de todos os defensores.

Gério Patrocínio Soares fez agradecimentos aos defensores que atuam no Núcleo Estratégico, pela dedicação e intenso trabalho realizado desde o dia do desastre; e ao Conselho Superior da DPMG, pela sensibilidade e agilidade na criação do Núcleo Estratégico de Proteção aos Vulneráveis em Situação de Crise.

“Mais esperança nos meus passos do que tristeza nos meus ombros”. Com as palavras da escritora Cora Coralina, a coordenadora administrativa do Núcleo Estratégico e moradora de Brumadinho, defensora pública Paula de Deus Mendes, iniciou sua fala. “É hora de pensar e agir para a efetivação de direitos e garantia do poder de superação de uma população abalada, que chora a perda de pessoas queridas, de seus lares, de sua paz”, afirmou.

*continua >>*



*Defensor-geral, Gério Patrocínio: “Ato de coragem da nossa equipe, cada um agindo e ajudando de todas as formas, para que a Defensoria mineira estivesse prontamente em Brumadinho. A DPMG está atuando em todos os municípios envolvidos”*



*Defensora pública Paula de Deus Mendes: “É hora de pensar e agir para a efetivação de direitos e garantia do poder de superação de uma população abalada, que chora a perda de pessoas queridas, de seus lares, de sua paz”*



*Coordenador da Regional Metropolitana, Carlos Frederico Rosignoli de Lima: “Agora, com a sede, será possível atender com mais conforto, continuando o trabalho que foi iniciado nos espaços da Vale e no ônibus itinerante da DPMG”.*

## SITUAÇÕES DE CRISE: BRUMADINHO – SEDE PERMANENTE PARA ATENDER VÍTIMAS DO DESASTRE



Presidente da Câmara Municipal, vereador Toninho da Rifel: “Colocamos à disposição o aparato da Câmara, em cooperação nesse Núcleo, para que a população seja atendida da melhor maneira possível”



Durante a cerimônia de inauguração a Defensoria Pública de Minas Gerais assinou convênio com a faculdade ASA Brumadinho e protocolo de intenções para Termo de Cooperação Técnica com a Câmara Municipal para cessão de estagiários.



### NA MÍDIA

[Bom Dia Minas](#)

[MGTV 1ª Edição](#)

[Band Minas](#)

### Presenças

A cerimônia contou ainda com a presença da subdefensora pública-geral do Estado, Luciana Leão Lara Luce; do secretário do Conselho Superior da DPMG, Galeno Gomes Siqueira, representando o órgão; da chefe de Gabinete da Defensoria Pública-Geral, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; assessores da Defensoria-Geral, coordenadores, defensores públicos e autoridades locais.

[Veja matéria na íntegra](#)

**>> Saiba mais sobre a atuação da DPMG em Brumadinho na página 22**



## SITUAÇÕES DE CRISE: BRUMADINHO

### Defensoria de Minas destaca ampliação das ações em reunião de comitê criado pelo Governo do Estado

A Defensoria Pública de Minas Gerais foi uma das instituições presentes na primeira reunião de trabalho do Comitê Pró-Brumadinho, grupo criado pelo Governo do Estado para reunir as ações de recuperação socioeconômica e ambiental do rompimento Barragem da Mina do Feijão, da Vale. A DPMG colocou como pauta prioritária o amparo imediato às famílias vítimas do desastre.

O encontro ocorreu no dia 28 de março, no Palácio Tiradentes, com a presença do governador Romeu Zema e autoridades jurídicas. Na ocasião, o defensor público-

geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, destacou a importância dessa sinergia entre as instituições para agilizar o atendimento aos atingidos.

“Mariana foi um aprendizado para todos nós. Agora, essa união de forças será fundamental para atingirmos nosso objetivo principal, que é ajudar as pessoas, amparar as vítimas”, disse o defensor-público-geral.

No encontro participaram ainda o vice-governador Paulo Brant, representantes do Ministério Público Estadual e Federal e da Advocacia Geral da União.

O grupo atua para reforçar o alinhamento das ações, com o objetivo de acelerar a liberação de todos os recursos necessários para minimizar os danos da tragédia. Este foi o primeiro encontro com a participação de todas as instituições envolvidas. O comitê foi implantado em 26 de fevereiro pelo Governo do Estado. No dia 15 de março, dez órgãos estaduais fizeram uma reunião preliminar para discutir as ações desenvolvidas em Brumadinho.



### Defensoria Pública de Minas Gerais lança a quarta edição da Revista *.def*

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) publicou, no dia 8 de abril, a quarta edição da *.def* – Revista da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

A edição traz a reportagem especial “Brumadinho, Minas Gerais – Desastre exige trabalho coordenado”, das jornalistas Alessandra Amaral e Juliana Silveira, sobre a tragédia ocorrida naquele município e a atuação da Defensoria de Minas no caso, prestando atendimento rápido à população atingida e promovendo o diálogo com outros órgãos.

A segunda reportagem marca o registro dos 30 anos da Constituição Cidadã, em 2018,

que criou a instituição “Defensoria Pública” para garantir assistência judiciária gratuita aos necessitados.

E mais: a estreia da coluna “Ouro da Casa”, com um dos membros mais antigos da DPMG, a defensora pública Francis de Oliveira Rabelo Coutinho; e entrevista com a defensora pública interamericana Isabel Penido de Campos Machado.

A edição traz também os artigos jurídicos “Limitações e esclarecimentos ao exercício de fiscalização e remoção de pessoas de áreas de risco pelos municípios”, “Prazo em dobro: (des) necessidade de cientificação do juízo”, “Habeas Corpus coletivo preventivo civil” e “Estado Democrático de Direito e Defensoria Pública”; além da coluna “Jurisprudência”, com notas da atuação da DPMG junto aos Tribunais Superiores.



[Acesse aqui a versão digital em pdf](#)



## AGENDA EXTERNA DO DPG

### Lançamento da “Linha do Tempo” da Adep-MG

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, representou a Instituição no lançamento do *hotsite* “Linha do Tempo”, no dia 21 de março, iniciativa da Associação das Defensoras e Defensores Públicos de Minas Gerais (Adep-MG) que visa resgatar as memórias da entidade de classe.

O resgate histórico conta com depoimentos de ex-presidentes e membros das diretorias anteriores, e traz fotos e arquivos que marcaram os 38 anos da Associação.

O defensor público-geral ressaltou a importância da história e da participação da Adep-MG nas iniciativas da Defensoria mineira. “Hoje, existem muitos projetos que desejam limitar a nossa atuação, mas a luta e a defesa do que foi construído continua. Sobretudo, temos que falar com os colegas para se associarem, para que continuemos crescendo e tornando a Defensoria ainda mais forte”, afirmou.

O evento reuniu associadas e associados de diversas gerações, além de integrantes da diretoria atual, de gestões passadas e membros eleitos para a próxima administração

*Com informações da Adep-MG*



### Cerimônia de aniversário da Academia de Bombeiros Militar

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, representou a Instituição na solenidade de comemoração do 8º aniversário da Academia de Bombeiros Militar (ABM). A cerimônia aconteceu no dia 22 de março.

Durante o evento, o comandante da ABM, cel. BM William da Silva Rosa, acompanhado pelo subcomandante, ten-cel. BM Peron Batista da Silva Laigner, homenageou bombeiros militares com o troféu de destaque profissional em reconhecimento à dedicação em prol da Academia.

Também foram contemplados representantes do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIA-AR), do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva e Colégio Militar de Belo Horizonte, da Academia da Polícia Militar e da Polícia Civil, como forma de valorizar as instituições que são exemplo de ensino e colaboram com a capacitação do bombeiro militar.

A solenidade contou com apresentação da Banda Sinfônica do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG), em homenagem a todos os bombeiros militares, inspirada nos atos heroicos dos militares que atuam nas operações de resgate às vítimas do rompimento da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho.

*Com informações do CBMMG*



*DPG Gério Patrocínio (à direita), acompanhado pelo chefe da Assessoria Militar, ten. cel. Antoniezio Alves de Sousa, e pelo comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de MG, cel. BM Edgard Estevo da Silva*

## AGENDA EXTERNA

### Lançamento de livro no Tribunal de Justiça de Minas Gerais

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, representou a Instituição na cerimônia de lançamento do livro “Constituição do Brasil: 30 anos” realizada no dia 22 de março, no auditório do Tribunal Pleno do Edifício Sede do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG).

O presidente do TJMG, desembargador Nelson Mísias de Moraes, foi representado pelo 1º vice-presidente, desembargador Afrânio Vilela, que apresentou a obra para o público presente.

O livro, executado com apoio da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), celebra os 30

anos da Constituição brasileira, com 25 textos de enfoques plurais sobre os avanços trazidos pela Carta Magna.

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, proferiu palestra magna sobre os desafios nacionais enfrentados desde a edição da Constituição de 1988, abordando o uso de redes sociais e a necessidade de profundas reformas políticas, econômicas, sociais e tributárias, entre outros temas.

Durante o evento, exemplares da obra “Constituição do Brasil: 30 anos” foram entregues às autoridades presentes.

*Com informações do TJMG*



*Defensor-geral, Gério Patrocínio Soares (3ª posição, à direita) acompanhado pelas demais autoridades que compuseram a mesa de honra*

### Seminário sobre Direito e igualdade de gênero

A Defensoria Pública de Minas Gerais foi representada pelo defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, no “I Seminário Direito e Mulher: Reflexões sobre o papel feminino, suas lutas e vitórias na busca da igualdade de gênero”.

O evento, promovido pela Faculdade de Direito da Milton Campos, foi realizado no dia 25 de março, em celebração ao Dia Internacional da Mulher e ao 20º aniversário da professora Lúcia Massara frente à direção da Faculdade.

A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, proferiu palestra sobre o tema.

Também compareceu ao evento o defensor público de Minas Rodrigo Zamprogno.



*Defensor-geral Gério Patrocínio; diretora da Faculdade, professora Lúcia Massara; e o vice-presidente das Faculdades Milton Campos e coordenador do Departamento de Direito Penal e Processo Penal, procurador de Justiça Epaminondas Fulgêncio Neto*



*DPG Gério Patrocínio (à esquerda) compõe a mesa de honra*



*Ministra do STF, Cármen Lúcia, e o defensor-geral Gério Patrocínio*

## AGENDA EXTERNA

### Solenidade de transmissão e assunção do comando do batalhão de Polícia Militar Rodoviária

O defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, representou a Instituição na solenidade de transmissão e assunção do comando do batalhão de Polícia Militar Rodoviária.



Comandante do Policiamento Rodoviário, cel. PM Olímpio Garcia Pereira Júnior; chefe da Assessoria Militar da DPMG, ten-cel. PM Antoniezio Alves de Sousa; e o defensor-geral Gério Patrocínio

A cerimônia aconteceu na Escola de Formação de Soldados (EFSD), no dia 26 de março.

Na cerimônia, o ten-cel. PM Antoniezio Alves de Sousa, chefe da Assessoria Militar da Defensoria Pública de Minas Gerais, transferiu o comando para o ten-cel. PM Paulo Antônio de Moraes Paula.

### Posse do superintendente da Polícia Federal em Minas Gerais

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, participou, no dia 29 de março, da solenidade de posse do superintendente da Polícia Federal (PF) em Minas Gerais, delegado Cairo Costa Duarte, realizada no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Minas Gerais (OAB-MG).

O assessor de Planejamento e Infraestrutura, Nikolas Stefany Macedo Katopodis, e o chefe da Assessoria Militar da DPMG, ten. cel. Antoniezio Alves de Sousa, acompanharam o defensor público-geral na cerimônia.

Defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares (2º da esquerda para a direita) compõe a mesa de honra, acompanhado das demais autoridades presentes



### Defensoria Pública de Minas e Associação das Obras Pavonianas de Assistência estudam parceria em ações sociais

No dia 2 de abril, o defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares, e a coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias (CooProC), Michelle Lopes Mascarenhas



Glaeser, fizeram uma visita à Associação das Obras Pavonianas de Assistência.

A entidade é uma instituição social católica, com sede em Belo Horizonte, que se dedica ao atendimento integral de crianças e à profissionalização de jovens e adultos de comunidades vulneráveis.

Apresentação das instituições e iniciar tratativas para análise de parceria foram os objetivos do encontro, que contou também com a participação do diretor e da relações públicas da Associação, Diomar Batista Santos e Carla Izidoro. Esteve presente também o procurador de Justiça de Minas Gerais, Rodrigo Rojas.

## AGENDA EXTERNA

# Solenidade de posse da nova diretoria da Adep-MG

A defensora pública-geral do Estado em exercício, Luciana Leão Lara Luce, representou a Defensoria Pública de Minas Gerais na solenidade de posse dos Conselhos Diretor, Fiscal e Consultivo da Associação das Defensoras e Defensores Públicos de Minas Gerais (Adep-MG). O evento aconteceu no 5 de abril, no auditório do Crea-MG. Os novos dirigentes foram eleitos para o biênio 2019-2021.

Em seu discurso, a defensora-geral em exercício citou uma frase do revolucionário industrial norte-americano Henry Ford: “Unir-se é um bom começo, manter a união é um progresso, e trabalhar em conjunto é a vitória (...)” para enaltecer o espírito de união e comunhão de esforços com que a atual administração da Defensoria Pública

mineira vem desempenhando suas atribuições no fortalecimento da autonomia institucional.

Luciana Luce lembrou os vários avanços alcançados pela DPMG nos últimos anos, que não seriam possíveis sem a parceria da Adep-MG. Citou conquistas recentes da categoria, destacando também o trabalho conjunto e o apoio da Associação a projetos institucionais, com ênfase na atuação extrajudicial, bem como na aprovação de projetos de lei de interesses da classe, que tramitaram na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Aproveitou para agradecer e parabenizar o então presidente Eduardo Cyrino Generoso e toda a sua equipe à frente da Associação durante estes quatro anos de mandato. “E para a nova gestão que hoje se inicia, sob a liderança do Dr. Fernando Campelo Martelleto, desejo sucesso na condução da ADEP, sendo certo que com união, diálogo e transparência muito ainda iremos avançar,” disse a defensora-geral em exercício.

O novo diretor-presidente da Adep-MG, defensor público Fernando Campelo Martelleto, reafirmou o compromisso de campanha em fazer uma “gestão pautada pela atuação colegiada, harmoniosa e transparente, afinada com os órgãos da Administração Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais”.



Mesa de autoridades (a partir da esquerda): o secretário do Conselho Superior da DPMG, Galeno Gomes Siqueira; o vice-presidente administrativo da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep), Flávio Aurélio Wandeck, representando o presidente da entidade, Pedro Paulo Coelho; o presidente eleito da Adep-MG para o biênio 2019-2021, Fernando Campelo Martelleto; a defensora pública-geral de Minas Gerais em exercício, Luciana Leão Lara Luce; o então presidente da Adep-MG, Eduardo Cyrino Generoso; o corregedor-geral da DPMG, Flávio Nelson Dábés Leão; e o procurador-geral de Justiça de Minas Gerais, Antônio Sérgio Tonet.



O novo diretor-presidente da Adep-MG, defensor público Fernando Campelo Martelleto, ao lado da defensora pública-geral de Minas Gerais em exercício, Luciana Leão Lara Luce



O diretor-presidente Fernando Campelo Martelleto e os novos membros do Conselhos Diretor, Fiscal e Consultivo da Adep-MG

## AGRADECIMENTOS

### Equipe da Subdefensoria-Geral promove café da manhã aos servidores

A equipe da Subdefensoria Pública-Geral promoveu, no dia 27 de março, na Sede I, café da manhã para os servidores que atuaram diretamente na mudança e estruturação da nova Unidade III da comarca de Belo Horizonte.

O objetivo do café foi prestar um agradecimento aos servidores da DPMG que se dedicaram ao processo de infraestrutura e mudança para a nova Unidade da Capital, localizada na Rua Araguari, 210, Barro Preto, BH/MG.

Além dos servidores homenageados, participaram do evento o defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares; a subdefensora pública-geral, Luciana Leão L. Luce; o secretário do Conselho Superior, Galeno Gomes Siqueira, os assessores de Planejamento e Infraestrutura, Institucionais e de Administração Estratégica e de

Inovação, coordenadoras do Atendimento, Famílias e Sucessões da Capital, Assessoria Militar, bem como outros servidores da Casa.

“Esta homenagem simboliza a importância do trabalho em equipe que permeia a nossa gestão. Certamente, o êxito na mudança e na estruturação da nova Unidade da Capital deve-se a todos os servidores que se dedicaram com afinco ao trabalho desenvolvido”, ressalta a subdefensora-geral, Luciana Luce.

Para o defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares, “trata-se de um avanço institucional a nova Unidade da DPMG, que proporcionará aos membros e servidores a melhoria na qualidade de trabalho e, por conseguinte, da prestação de nossos serviços à população mineira”.



Defensores públicos e servidores reunidos para a homenagem no Salão Verde da Sede I



### Unidade III da DPMG de Belo Horizonte

Desde o dia 20 de março, a área Cível e algumas especializadas da Defensoria Pública do Estado em Belo Horizonte estão atendendo em novo endereço.

São elas:

- Cível / SAP Cível
- Infância e Juventude – Cível (DEINJ-Cível)
- Defesa do Direito da Mulher em Situação de Violência (Nudem)
- Segunda Instância e Tribunais Superiores (Desits) – Cível e Criminal

ENDEREÇO: Rua Araguari, nº 210, Barro Preto. BH, MG



## ESCOLA SUPERIOR

### Debate sobre atuação estratégica das defensorias em situações de crise

Para aperfeiçoar ainda mais a atuação em busca de soluções rápidas e eficazes e em defesa dos direitos das pessoas atingidas por desastres, a Defensoria Pública de Minas Gerais promoveu, por meio da Escola Superior, o encontro “Atuação Estratégica das Defensorias Públicas nas Situações de Crise”, no dia 18 de março.

Questões jurídicas ligadas a acidentes ou tragédias coletivas, com bens públicos ou privados, a garantia do direito das pessoas, o atendimento emergencial nesses casos e a discussão de propostas preventivas foram alguns dos temas debatidos por defensores públicos de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e de São Paulo.

O primeiro painel contou com a participação dos defensores públicos do Rio de Janeiro, Cristian Pinheiro Barcelos e Cíntia Guedes. O defensor público e membro do Conselho Superior da DPMG, Felipe Augusto Cardoso Soledade, foi o facilitador.

Soluções consensuais imediatas geram celeridade, além de serem um atenuante para o atendimento de demandas posteriores. Essa visão foi compartilhada pelo defensor público Cristian Pinheiro Barcelos, ao expor a experiência da Defensoria do Rio de Janeiro na atuação em defesa dos atingidos pela tragédia climática na Região Serrana do estado, que vitimou quase mil pessoas em 2011.

A importância de saber negociar, da união de forças e esforços com outras instituições e a condução da estratégia no dia a dia foram pontos apontados pela defensora Cíntia Guedes, ao falar sobre o trabalho realizado pela Defensoria Pública do Rio no caso do incêndio do Centro de Treinamento do Flamengo que matou dez e feriu três jogadores das categorias de base do clube, em fevereiro.

No segundo painel, a defensora pública de São Paulo Carolina Bega relatou a experiência no atendimento aos atingidos pelo desabamento das obras da linha amarela do Metrô de São Paulo, que deixou sete vítimas fatais e 78 famílias desalojadas, e no acidente e na câmara de indenização do voo 3054 da TAM, que vitimou 199 pessoas. Ambos os acidentes aconteceram em 2007. Também participou do painel o coordenador do Núcleo da DPMG de Proteção aos Vulneráveis em Situação de Crise, Antônio Lopes de Carvalho, que falou sobre a experiência da Instituição no rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, em 25 de janeiro deste ano.

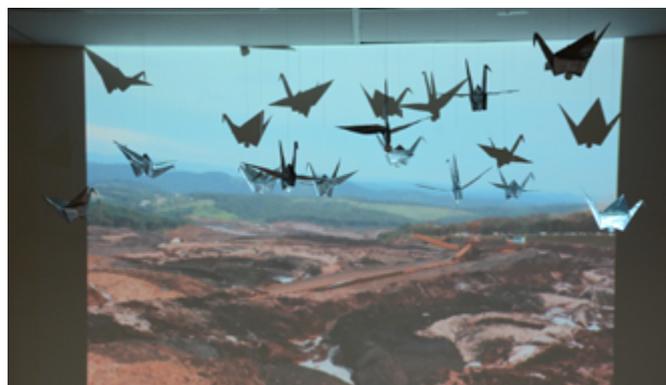
O evento teve participação ativa de diversos defensores públicos de Minas Gerais, entre eles, a subdefensora-geral do estado, Luciana Leão Lara Luce; a chefe de Gabinete, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; membros do Conselho Superior e da Defensoria-Geral; além de coordenadores.



*Cristian Pinheiro Barcelos e Cíntia Guedes relataram experiências da Defensoria Pública do Rio de Janeiro*



*Defensores públicos Carolina Bega e Antônio Lopes de Carvalho*



**Exposição** – O encontro contou com exposição do projeto “Mãos pela Paz” sobre a destruição da fauna e flora em Minas Gerais, causada pelos crimes ambientais decorrentes do rompimento das barragens de rejeitos em Mariana e Brumadinho. Os origamis foram produzidos por detentos do Ceresp de Betim e as instalações em fotos da jornalista Bárbara Ferreira

## ações em destaque

### DIA INTERNACIONAL DA MULHER

## Debate na ALMG sobre flexibilização de posse de armas e feminicídio

A defensora pública Samantha Vilarinho Mello Alves, coordenadora em exercício da Defensoria Especializada na Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência, participou de audiência pública promovida pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) no dia 14 de março. A reunião foi marcada pela memória do assassinato da vereadora carioca Marielle Franco, que completou um ano na data. O crime até hoje não foi elucidado.

Foram discutidos os riscos da flexibilização da posse de armas para a vida das mulheres e a maioria das participantes concordou que a medida favorece o au-

mento da violência. Segundo a presidente da comissão, deputada Marília Campos, até o dia 7 de março foram registrados, no Brasil, 340 casos de feminicídio este

ano. Para a defensora pública Samantha Vilarinho, “compreender a relação entre a flexibilização da posse de armas de fogo e o aumento do número de feminicídios é fundamental”.



*Defensora pública Samantha Vilarinho: "Precisamos difundir os números à sociedade e discutirmos a legalidade de tal instrumento legislativo"*

Foto: Ricardo Barbosa / ALMG



## Justiça acolhe pedido da DPMG e vítima de violência doméstica receberá valor da fiança do agressor

Uma assistida da Defensoria Pública de Minas Gerais em Janaúba, vítima de violência doméstica, vai receber o valor da fiança pago pelo agressor. A medida, que tem base jurídica no Artigo 336 do Código de Processo Penal, foi proposta pelo defensor público Gustavo Francisco Dayrell de Magalhães Santos, em atuação na comarca.

O pedido, acolhido pela 2ª Vara Criminal de Janaúba, foi publicado no dia 8 de março, data em que se comemora o Dia Internacional da Mulher.

O defensor público Gustavo Dayrell explica que a medida tem como finalidade a reparação dos danos sofridos pelas vítimas de violência doméstica.

“O agressor foi condenado pelo juiz criminal que, junto, com a pena, reconheceu a indenização por dano moral à mulher, determinando o pagamento de R\$ 2.000. Com o objetivo de efetivar o recebimento, o que, na prática, não é fácil, solicitamos que o valor da fiança seja revertido para a vítima”. Segundo ele, “a ideia é estimular que as mulheres nessa situação procurem a Defensoria Pública para exigir seus direitos”.

### NA MÍDIA

[G1 Inter TV](#)

[em.com](#)

## DIA INTERNACIONAL DA MULHER

### Atendimento humanizado em complexo penitenciário feminino

*Todas as mulheres do regime fechado receberam um cartão com os dizeres “Vemos flores em você!”*

As reeducandas do regime fechado do Complexo Penitenciário Feminino Estêvão Pinto (PIEP), localizado no bairro Horto, em Belo Horizonte, receberam um atendimento diferente da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG).

Defensoras públicas em atuação na Vara de Execuções Penais (VEP) da Capital passaram a tarde do dia 22 de março na unidade, quando percorreram todos os alojamentos, entregando atestados de penas a cada uma das reeducandas, prestando informações sobre perspectiva de benefício e esclarecendo dúvidas.



Defensoras públicas Ana Paula Carvalho Starling Braga e Gláucia Souza Freitas (sentadas) com as diretoras da unidade e a assessora Emília Eunilce Alcaraz Castilho (em pé, ao centro), durante o atendimento na van itinerante da DPMG

Embora a atividade seja rotineira do trabalho dos defensores que atuam na VEP, sendo realizada mensalmente, esta edição marcou a celebração do Mês da Mulher na unidade. Um diferencial foi o atendimento individual em van itinerante da DPMG de dez reeducandas selecionadas pela direção da unidade pelo bom comportamento carcerário.

A defensora pública Ana Paula Carvalho Starling Braga explica que, além da humanização do atendimento, reforçar a necessidade do bom comportamento dentro da unidade também foi objetivo da ação.

“O regime fechado do complexo tem enfrentado alguns problemas relativos a faltas disciplinares, uma vez que a maioria das reeducandas têm penas bastante elevadas, com perspectivas distantes de progressão de regime e melhora nos benefícios”, comentou Ana Paula Carvalho.

A defensora pública Gláucia Souza Freitas também participou da iniciativa. Juntas, atenderam mais de 250 mulheres. A atividade contou com a presença da assessora Institucional, Emília Eunilce Alcaraz Castilho.

[Leia matéria na íntegra](#)

### Direitos das mulheres em roda de conversa no Aglomerado da Serra

A defensora pública Maria Cecília Oliveira, em atuação na Defensoria Especializada na Defesa do Direito da Mulher em Situação de Violência, participou de roda de conversa com mulheres moradoras da Vila Aparecida, no Aglomerado da Serra, na Região Centro-Sul de Belo Horizonte. O encontro, que faz parte do Projeto “Entre Nós”, de realização do Programa Mediação de Conflitos, da Secretaria de Estado de Segurança Pública, em parceria com o grupo de teatro Morro Encena e o Centro de Saúde Nossa Senhora Aparecida, aconteceu no dia 20 de março.

O objetivo da iniciativa é promover uma discussão sobre direitos das mulheres e divulgar a rede de proteção à mulher.

O Programa Mediação de Conflitos é desenvolvido pela Secretaria de Estado de Segurança Pública, por meio da subsecretaria de Políticas de Prevenção Social à Crimi-

nalidade e atua em territórios marcados pela sociabilidade violenta, baixo acesso a direitos e baixo capital social, a partir dos fundamentos da Mediação Comunitária.



A defensora pública Maria Cecília Oliveira abordou também os tipos de violência

## DIA INTERNACIONAL DA MULHER

### **Violência contra a Mulher é tema de palestras em Cássia**

*Eventos fizeram parte das celebrações do Dia Internacional da Mulher no município*

No dia 15 de março, a defensora pública Ariadne Fernanda de Faria e Sousa Ramos, coordenadora local da Defensoria Pública de Minas Gerais em Cássia, ministrou palestra sobre violência institucional contra a mulher, voltado para alunos do curso de Direito da UEMG/Passos.

#### **Alunos do ensino médio**

A defensora pública Ariadne de Faria e Sousa Ramos ministrou palestra também para alunos do ensino médio da Escola São Gabriel, em Cássia, com o tema, no dia 26 de março.

Durante a atividade, que teve como tema "Violência Doméstica contra a Mulher," a defensora explicou para os alunos como funcionam os meios de proteção à mulher na Lei Maria da Penha. Também foi falado sobre a falta de programas voltados para a mulher em situação de vulnerabilidade, assunto que gerou muito interesse nos alunos.

Na oportunidade, Ariadne Fernanda de Faria reforçou a necessidade de atuações preventivas e educativas e que tais medidas devem ser desenvolvidas pelo Poder Executivo.



*Defensora pública Ariadne Ramos (3ª posição, a partir da esquerda) acompanhada por alunos de Direito*



*Defensora pública Ariadne Fernanda de Faria explica meios de proteção à mulher para estudantes*

### **DPMG promove seminário sobre violência de gênero em Uberlândia**

*O evento teve a parceria do projeto "Todas por Elas", da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)*

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais em Uberlândia realizou, nos dias 26 e 27 de março, o seminário "Todas em uma: representatividade e combate à violência de gênero" em parceria com o projeto "Todas por Elas", da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

A defensora pública Bárbara Silveira Machado Bissochi, em atuação na Defensoria Pública do Estado em Uberlândia, ministrou o painel "Conhecendo a Rede".

Estiveram presentes representantes da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, da Polícia Civil; da Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica, da Polícia Militar; da "Casa da Mulher" da Prefeitura local; e da ONG SOS Mulher Família.

A programação do evento, com entrada gratuita,

contou com diversos temas relacionados à violência de gênero e ao movimento feminista, incluindo debate sobre planejamento familiar e financeiro, apresentação das redes de proteção à mulher, a atuação das mulheres na ciência, transfobia, lesbofobia e feminicídio.

A palestra de encerramento foi proferida pela defensora pública Maria Cecília Oliveira, em atuação na Defensoria Especializada na Defesa do Direito da Mulher em Situação de Violência (Nudem), na Capital, com o tema "A importância da educação no combate à violência de gênero".

A atividade contou ainda com a presença dos defensores públicos Fernando Orlan Pires Resende, Clayton Rodrigues Sabino Barbosa, Artur Ferreira de Castro e Gustavo Umberto Ramos.

## DIA INTERNACIONAL DA MULHER

### Direitos das mulheres em escolas estaduais em Belo Horizonte

A coordenadora do Projeto de Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar (Mesc – Paz em Ação) e da Câmara de Estudos de Métodos Adequados de Solução de Conflitos e Atuação Extrajudicial da Defensoria Pública de Minas Gerais, Francis de Oliveira Rabelo Coutinho, ministrou palestras, nos dias 18 e 19 de março, nas escolas estaduais Professor Ricardo Souza Cruz e Professor Neidson Rodrigues, em Belo Horizonte.

A atividade, que abordou o tema “Os direitos das mulheres hoje”, contou também com a participação da ex-deputada estadual Jô Moraes como palestrante e jovens.

A iniciativa, que faz parte do projeto Florescer, reforça a necessidade de acompanhamento junto às escolas para trabalhar o tema da violência e assim poder prevenir com informação e empoderamento.



*Defensora pública Francis de Oliveira e a ex-deputada estadual Jô Moraes*

### Violência doméstica é discutida em evento da OAB/MG em Vespasiano



*Romana Almeida falou sobre a Lei Maria da Penha e o combate à violência doméstica, destacando os pontos que ainda precisam avançar.*

A defensora pública Romana Almeida participou de debate sobre o tema “Violência Doméstica” promovido pela OAB/MG – Subseção Vespasiano, integrando as comemorações do Dia Internacional da Mulher. Com o nome “Encontro da Mulher Advogada”, o evento aconteceu no dia 12 de março.

Também explanaram a sargento Lundcey, do 36º Batalhão, que abordou o acompanhamento da Polícia Militar nos casos de violência doméstica ocorridos na comarca; e a assistente social Úrsula, que falou sobre o machismo e a liberação da mulher no sistema patriarcal.

### Defensoria Pública participa do “Varginha Mais Saudável”

A Defensoria Pública de Minas Gerais em Varginha participou, no dia 16 de março, do evento “Varginha Mais Saudável”. Promovida pela Prefeitura, a atividade foi realizada em comemoração ao Dia da Mulher.

A Defensoria Pública prestou atendimento e forneceu material informativo de educação em direitos. A participação da DPMG, que teve como um dos objetivos mostrar o papel da Instituição para a população, contou com o apoio da Adep-MG.

*Defensoras públicas Priscilla Angélica do Nascimento, Diléa M. Chaves Reis Teixeira (coordenadora da Regional Circuito das Águas) e Eline Viviane Marcelo, acompanhadas pelos servidores Walter Rodrigues, Ricardo Inácio e Ilma da Silva*



## SAÚDE

### Conferência em Ituiutaba aborda "Saúde como Direito"

A defensora pública Mônica Alves da Costa participou como palestrante da VI Conferência Municipal de



*Defensora pública Mônica Alves da Costa fala sobre o direito à saúde*

Saúde, realizada na Câmara Municipal de Ituiutaba, e abordou o tema "Saúde como Direito".

Durante a apresentação, a população local pode esclarecer dúvidas sobre seus direitos e fazer propostas para melhoria da saúde, que serão levadas para a Conferência Estadual de Saúde.

O evento, que ocorreu no dia 3 de abril, foi uma oportunidade para a população conhecer mais o trabalho da Defensoria Pública na área da saúde. Durante a atividade, a Instituição distribuiu cartilhas sobre direito à saúde.

### III Congresso Norte Mineiro de Processo Civil: demandas da saúde

A defensora pública Maurina Fonseca Mota de Matos proferiu palestra no III Congresso Norte Mineiro de Processo Civil, realizado na 11ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em Montes Claros, durante os dias 3, 4 e 5 de abril.

O evento, promovido pela 11ª Subseção da OAB, por meio da Subseção de Minas Gerais, busca atualizar os advogados e demais profissionais envolvidos com temas do dia a dia.



*Defensora pública Maurina Fonseca (1ª posição da direita para a esquerda) compõe mesa no Congresso*

Na oportunidade, a atividade, voltada para advogados, estudantes de Direito e demais operadores da área, abordou o tema "Os aspectos processuais nas demandas da saúde".

Maurina Fonseca, que falou no primeiro dia do evento, relatou a sua experiência como defensora pública e a atuação nos processos de demandas da área da saúde, com vários aspectos práticos, desde o atendimento ao assistido até a sentença de 1º grau.



*Defensora pública Maurina Fonseca (4ª posição da esquerda para a direita) recebe certificado dos demais profissionais presentes*

### DPMG em Ouro Fino obtém êxito em ação para fornecimento de medicação

Por meio da atuação da Defensoria Pública de Minas Gerais em Ouro Fino, uma criança com síndrome de Menkes, doença neurodegenerativa rara que afeta o nível de cobre no organismo, ocasionando o mau funcionamento de diversas enzimas, terá medicação fornecida pelo estado.

Como o medicamento não possui registro junto à Anvisa, nem está incluído nos programas de assistência farmacêutica de SUS, a Secretaria Estadual de Saúde (SES) havia negado o pedido feito pela mãe da criança.

Diante disso, o defensor público Evandro Luiz dos Santos propôs ação cominatória de obrigação de fazer com pedido de antecipação de tutela em face do Estado de Minas Gerais.

O Juízo concedeu a tutela provisória antecipada de urgência, determinando ao Estado o fornecimento do medicamento na forma já prescrita ou na proporção que vier a ser necessária no transcurso do tratamento.

[Leia matéria na íntegra](#)

## JUIZ DE FORA

### Perspectivas e desafios jurídico-sociais da Mulher Brasileira

A defensora pública Ana Lúcia Gouvêa Leite, coordenadora da Regional Mata I, participou de roda de conversa, no dia 18 de março, na Faculdade de Direito do Instituto Vianna Junior, em Juiz de Fora.

No encontro com os alunos, a defensora pública abordou o tema “Perspectivas e desafios jurídico-sociais da Mulher Brasileira”, na busca de contribuir para o aperfeiçoamento e formação dos futuros profissionais.

Também apresentou sua caminhada enquanto mulher até o ingresso na Defensoria Pública, além das atividades e os trabalhos relacionados à defesa da mulher realizados na Instituição.



Defensora pública Ana Lúcia Gouvêa (1ª posição da esquerda para a direita) acompanhada das demais profissionais presentes

### Seminário da Mulher Advogada aborda violência doméstica



Defensora pública Ana Lúcia Gouvêa (primeira posição à direita)

A defensora pública Ana Lúcia Gouvêa Leite ministrou palestra, no dia 21 de março, durante o 1º Seminário da Mulher Advogada realizado no auditório sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em Juiz de Fora, sobre os trabalhos da Defensoria Pública no tocante à Lei Maria da Penha.

A atividade abordou o tema “Perspectivas e desafios jurídico-sociais da Mulher Brasileira”, com a presença de profissionais mulheres com histórias e projetos envolvidos na temática, especialmente na abordagem da Violência Doméstica.

A iniciativa, realizada pela OAB, por meio da Subseção de Juiz de Fora, busca contribuir para o aperfeiçoamento e formação dos atuantes da comarca.

## BELO HORIZONTE

### Palestra "Defensoria Pública como carreira jurídica" para alunos de Direito

A coordenadora do Projeto de Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar (Mesc – Paz em Ação) e da Câmara de Estudos de Métodos Adequados de Solução de Conflitos e Atuação Extrajudicial, Francis de Oliveira Rabelo Coutinho, ministrou palestra, no dia 26 de março, no Centro Universitário Izabela Hendrix, em Belo Horizonte.

O evento, voltado para alunos e profissionais do curso de Direito da universidade, abordou o tema “a Defensoria Pública como carreira jurídica”, inaugurando a série de encontros sobre as atividades jurídicas

Participaram também, como palestrantes, os defensores públicos Samantha Vilarinho e Vladimir de Souza Rodrigues, em atuação, respectivamente, na Defensoria Especializada na Defesa do Direito da Mulher em Situa-



Defensores públicos ministram palestra para o público presente

ção de Violência (Nudem) e na Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH).

## DIA DO CONSUMIDOR

### Defensoria do Consumidor promove exibição de filme em comemoração ao Dia Mundial dos Direitos do Consumidor

No dia 15 de março, a Defensoria Especializada do Consumidor fechou com chave de ouro seus eventos comemorativos relativos à Semana do Consumidor.

Ao longo de toda a semana, entre os dias 11 a 15 de março, a Especializada promoveu e participou de várias atividades. Foram distribuídas balas com dicas para consumo adequado no setor de atendimento da Capital.

Nos dias 12 e 13 de março, a Especializada integrou o Projeto “Consumo Saudável dentro e fora das escolas”, em parceria com o Procon-MG, por meio da Escola Estadual de Defesa do Consumidor, levando para escolas da rede pública e da rede privada de Belo Horizonte ações educativas com foco em Segurança Alimentar e Nutricio-



Da esquerda para direita, defensores públicos Ana Luiza Bracarense, Fernando Martelleto, Sabrina Lamaita Ielo e Daniel Firmato; e o servidor da Especializada, Silas Moura

nal e Direitos do Consumidor. Nessas atividades, houve público de mais de quatrocentas crianças.

No dia 15, a Especializada, por meio de seu coordenador, Daniel Firmato, representou a Defensoria Pública Geral em evento comemorativo ao Dia Mundial do Consumidor, na Procuradoria Geral de Justiça, momento em que participou ao lado do assessor jurídico do Procon-MG, Ricardo Amorim, como debatedor da palestra “O contrato no Código de Defesa do Consumidor: princípios e casos práticos”, que foi proferida pelo promotor de Justiça de Guanhães, Luciano Sotero Santiago.

Ainda no dia 15, promoveu a exibição do filme “Covardia Capital”, no auditório da DPMG, na Capital, em comemoração ao Dia Mundial dos Direitos do Consumidor, que é comemorado exatamente neste dia.

A atividade contou com a presença dos defensores públicos integrantes da Especializada: Ana Luiza Bracarense, Daniel Firmato e Sabrina Lamaita Ielo; além de vários usuários dos nossos serviços públicos da DPMG, bem como servidores da Instituição. Esteve presente também o presidente eleito da Adep-MG, Fernando Martelleto.

[Leia matéria na íntegra](#)

## DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

### Defensora pública defende ações voltadas para grupos sociais vulneráveis em audiências na ALMG

Em atuação voltada para a defesa dos direitos fundamentais e dos interesses individuais e coletivos de grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado, a defensora pública Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch participou de audiências públicas na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG), nos dias 20 e 26 de março.

Na reunião do dia 20, realizada pela Comissão de Direitos Humanos da ALMG, com o objetivo de debater a política estadual para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais, foram discutidos assuntos como a regularização fundiária e demarcação de territórios. A sessão também abordou a continuidade dos trabalhos da Comissão Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais (CEPCT-MG), demandas apresentadas por representantes de povos e comunidades tradicionais.

Na audiência do dia 26, a defensora pública discutiu sobre o direito à liberdade religiosa e o direito das religiões de matriz africana. Um dos principais pontos tratados na reunião foi o sacrifício de animais em ritos das religiões afro-brasileiras, prática considerada constitucional em recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

Com informações da ALMG



Defensora pública durante pronunciamento em reunião: a liberdade religiosa é um direito constitucional; isso não pode significar proteção para alguns e dificuldades para outros.

VISITA TÉCNICA

## Reunião em visita técnica da cúpula da Segurança Pública do Estado com o Sistema de Justiça no Triângulo Mineiro

Defensores públicos de Minas Gerais que atuam em Uberlândia participaram de reunião com o secretário de Estado de Segurança Pública e de Administração Prisional (Sesp-MG e Seap-MG), general Mario Lucio de Araujo, durante visita técnica de comitiva do Poder Executivo estadual à 9ª Região Integrada de Segurança Pública (Risp), realizada na região, nos dias 19, 20 e 22 de março.

Integrada por representantes de diferentes áreas da Segurança Pública do Estado, a visita técnica teve como objetivos: promover o alinhamento institucional do Sistema de Justiça (Judiciário, MP e Defensoria Pública) entre os órgãos que compõem o Sistema Integrado de Defesa Social; conhecer os indicadores de desempenho de segurança pública da 9ª Risp; integrar as diversas capacidades dos órgãos de segurança e do sistema prisional, com o Sistema de Justiça; levantar possibilidades e dificuldades na integração e desempenho de cada órgão;

conhecer demandas da sociedade, do Sistema de Justiça e entidades; além de verificar oportunidades de melhorias apresentadas pelos órgãos, com vistas à redução dos indicadores de criminalidade e melhoria da sensação de segurança da população mineira.

A reunião que contou com a participação a Defensoria Pública aconteceu no dia 20 de março. Além do secretário de Estado e outros integrantes da Sesp-MG, teve a presença de representantes do Poder Judiciário local e Ministério Público da região.

A importância da Defensoria Pública na Execução Penal foi destacada pelo coordenador da Regional Triângulo II, defensor público Evaldo Gonçalves da Cunha, que enfatizou a questão da saúde do preso e a possibilidade de formalização de convênios com os governos federal e municipal, sem ônus para o erário estatal.

[Leia matéria na íntegra](#)



### Presídio de Ervália é interditado parcialmente a pedido da DPMG

O Juízo da comarca de Ervália decretou a interdição parcial do presídio da cidade devido à superlotação e falta de segurança. Com capacidade para acolhimento de 49 pessoas, atualmente o local tem 115 homens sob custódia. A medida de interdição é resultado de êxito em ação cautelar proposta pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) em face do Estado.

Em sua petição, o defensor público coordenador Local da Unidade da DPMG em Ervália e responsável pela ação, Geraldo Magela de Andrade Cal, alega que, além da superlotação, o presídio recebe reclusos de outras comarcas, sem envio do respectivo processo, privando-os da análise de benefício. Isso, somado ao prejuízo do

sono noturno devido à falta de espaço, pode ocasionar atritos com consequências imprevisíveis.

No dia 16 de março, no curso do processo, quatro detentos fugiram da unidade prisional, através de um túnel escavado no interior da cela.

A juíza de Direito da comarca acolheu a tutela de urgência pleiteada pela Defensoria Pública de Minas Gerais e determinou a redução da lotação carcerária do presídio para, no máximo, 80 internos, limite que só poderá ser excedido para custódia de detentos presos em flagrante ou condenados de Ervália.

[Leia matéria na íntegra](#)

## ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL

# DPMG abre as atividades do Mutirão das Famílias em Uberlândia

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), unidade de Uberlândia, por meio do coordenador local, defensor público Clayton Rodrigues Sabino Barbosa, promoveu, no dia 8 de abril, a abertura das atividades do 4º Mutirão das Famílias, realizada na Câmara Municipal.

O defensor Clayton Barbosa explica que o mutirão das famílias faz parte da atuação Institucional pela busca de solução de conflitos de forma extrajudicial e célere, com atendimento nas principais questões que podem abalar as relações familiares.



Da esquerda para a direita, defensores públicos Clayton Rodrigues e Bárbara Bissochi; vereador Vilmar Rezende; defensores públicos Fernando Orlan e Gustavo Humberto; e ao fundo, sentado, o presidente da Câmara, Hélio Ferraz

Serão realizados também casamentos, uniões estáveis e divórcios gratuitos. “A família é importante na formação de cidadãos éticos, morais e cívicos”, afirma o defensor público Fernando Orlan Pires Resende.

Já a defensora pública Bárbara Silveira Machado Bissochi destaca a importância das parcerias para a realização do evento e demais iniciativas da Instituição.

Participou também do evento na Câmara Municipal o defensor público Gustavo Humberto Ramos, em atuação em Uberlândia. A abertura foi promovida a convite do presidente do Legislativo, Hélio Ferraz Baiano, e dos vereadores Vilmar Resende e Antônio Carrijo.

### Mutirão das Famílias

O Mutirão das Famílias será realizado no dia 10 de maio, na sede da Defensoria Pública de Minas Gerais em Uberlândia, localizada na Avenida Fernando Vilela 1.313. As inscrições já estão abertas desde o dia 1º de abril e prosseguem até o dia 30 de abril, das 9h às 12h. Mais informações pelo telefone (34) 3237-2408.

Com informações do Departamento de Comunicação CMU

**A DEFENSORIA PÚBLICA ESTÁ PROMOVENDO**  
**MUTIRÃO DAS FAMÍLIAS**  
**10 DE MAIO**  
**UBERLÂNDIA**

**CASAMENTO CIVIL**  
Requerimento para isenção de custos  
**CONVERSÃO DE UNIÃO ESTÁVEL EM CASAMENTO**  
**DIVÓRCIO**  
**UNIÃO ESTÁVEL**  
Reconhecimento / Dissolução  
**GUARDA / VISITAS - Regulamentação**

**Saiba Mais**

## VISITAÇÃO

### Visita no Centro Universitário Una em Pouso Alegre

O coordenador local da Defensoria Pública do Estado em Pouso Alegre, Walter Valle Martins Junior, visitou o Centro Universitário Una, campus Pouso Alegre, acompanhado do coordenador local substituto, Lourival Batista de Almeida, no dia 29 de março, para conhecer a missão, projetos, instalações e o curso de Direito da instituição de ensino. A visita foi conduzida pelo diretor-geral do campus, Wilfred Sacramento Costa Junior, e o coordenador do curso, Valdomiro Vieira.

Participaram também diversas autoridades locais e professores de segmentos ligados ao Direito e à Justiça.



Da esquerda para a direita, o coordenador do curso de Direito, Valdomiro Vieira, e os defensores públicos Lourival Batista e Walter Valle

## LEI MARIA DA PENHA

### Construção social da liberdade feminina é tema de palestra

A defensora pública Samantha Vilarinho Mello Alves, coordenadora em exercício da Defensoria Especializada na Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência (Nudem-BH), participou de palestra promovida pela Procuradoria da Fazenda Nacional em Minas Gerais, em que abordou o tema “A Construção social da liberdade feminina”. O evento, no dia 5 de abril, celebrou os 13 anos da Lei Maria da Penha.

Foram discutidos o contexto de construção social da mulher na sociedade e a Lei Maria da Penha, implantada oficialmente em 2006, desde o seu histórico nacional e internacional até a aplicação em situações diversas.

“A principal finalidade da lei não é punir os homens, mas proteger e prevenir as mulheres da violência doméstica”, afirmou Samantha Vilarinho, que também explicou as diferenças dos processos cível e criminal, as medidas protetivas e crimes que envolvem a violência doméstica, além de abordar o funcionamento e a previsão da lei nesses casos e o real acontecimento na prática.

Participou também do evento a coordenadora em exercício do Centro Especializado de Atendimento à Mulher (Benvinda), da Prefeitura de Belo Horizonte, Kate Rocha. Na oportunidade, a assistente social falou sobre o trabalho desenvolvido pelo projeto, a forma de atuação, a importância e os desafios do centro, além da relevância da lei na vida das mulheres. “Muitas vezes a violência parece um cuidado, uma proteção com a mulher”, destacou Kate Rocha.

Da esquerda para a direita, a procuradora e diretora do Centro de Altos Estudos da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Mônica Éllen Pinto Bezerra Antinarelli; a coordenadora do Benvinda, Kate Rocha; e a defensora pública Samantha Vilarinho



Defensora pública ministra palestra para estudantes, funcionários e demais profissionais envolvidos na temática



Da esquerda para a direita, a procuradora e diretora do Centro de Altos Estudos da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Mônica Éllen Pinto Bezerra Antinarelli; a coordenadora do Benvinda, Kate Rocha; e a defensora pública Samantha Vilarinho

## DIA 2 DE ABRIL – DIA MUNDIAL DA CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O AUTISMO

### Defensor público cobra ações de inclusão durante debate na ALMG

O defensor público Luís Renato Braga Arêas Pinheiro, em atuação na DPMG em Betim, participou de audiência pública que debateu as políticas de educação voltadas às pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), no dia 5 de abril. A atividade fez parte da programação da Semana Estadual de Conscientização sobre o Autismo, promovida pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), que aconteceu entre os dias 2 e 8 de abril.

Na oportunidade, o defensor criticou a falta de preparo das escolas para receber alunos com autismo e outros transtornos. “É necessário inverter a lógica. Não são as famílias e as pessoas com deficiência que têm que se adaptar. São as escolas que têm que capacitar profissionais de apoio e se prepararem para incluir esses alunos”, disse Luís Renato Arêas.

O defensor público, também, defendeu a necessidade de se preparar juízes, defensores públicos e demais profissionais da área do Direito para atender, de forma adequada, essa parcela da população.



Defensor público Luís Renato Arêas (4ª posição da esquerda para direita) durante audiência pública da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Assembleia de Minas

A atividade também contou com a presença de especialistas sobre o assunto, parlamentares, pais e mães de autistas, além de autistas, que compartilharam suas dificuldades e experiências vividas no ambiente escolar.

Com informações da ALMG

7 DE ABRIL – DIA NACIONAL DE COMBATE AO BULLYING E À VIOLÊNCIA NA ESCOLA

## Projeto da DPMG é instrumento de prevenção e combate ao *bullying*

*Programa de mediação transforma agressão em respeito e ajuda alunos a dar a volta por cima*

Há sete anos, a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) lançou o projeto Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar (Mesc). Com o slogan “Paz em Ação”, a iniciativa utiliza da técnica da mediação para administrar situações de conflitos e criar alternativas para melhoria da convivência em grupo, maximizando os ga-



nhos para a escola, empoderando seus atores e gerando autonomia. Sua metodologia fornece instrumentos e mecanismos para que a escola construa o seu próprio processo de mediação.

Um termo de cooperação técnica celebrado entre a DPMG e a Secretaria de Estado de Educação (SEE/MG) possibilita que o Mesc esteja presente em escolas de Belo Horizonte e Região Metropolitana, com resultados efetivos na melhoria do ambiente escolar e na redução dos casos de *bullying*. Com a última renovação do TCT com a SEE, em 2018, está sendo iniciada a fase avançada de mediação e formação de mediadores entre alunos, professores e funcionários em uma escola também da RMBH.

[Saiba mais](#)

## Lançamento da Frente pela Educação Emancipadora

A defensora pública Francis de Oliveira Rabelo Coutinho, coordenadora do projeto Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar (Mesc) e da Câmara de Estudos de Métodos Adequados de Solução de Conflitos e Atuação Extrajudicial participou, no 9 de abril, do lançamento da Frente pela Educação Emancipadora com a comunidade da Escola Estadual Deputado Renato Azeredo, em Morro Alto, no município de Vespasiano.

Em uma atividade conjunta com o coletivo “Ocupa e Educa”, Francis Coutinho fez a leitura e prestou homenagem à escola, participante do projeto Mesc há vários anos e multiplicadora da mediação escolar. A EE Deputado Renato Azeredo vai instalar um polo avançado de pesquisa sobre o tema. Além disso, foi entregue o relatório final da Unesp para o gestor da instituição de ensino, Djalma Tomé, e representantes da Secretaria de Estado de Educação (SEE/MG), com a formação de indicadores positivos contra a violência nas escolas. Houve também, entre outras atividades, exibição de vídeo sobre a abordagem da Comunicação Não

violenta (CNV), apresentação dos projetos parceiros Machismo entre nós (MEN) e Empodera Teen, pelos coordenadores Gustavo Ribeiro e Graziane Andrade.

A defensora pública Romana Almeida, que atua em Vespasiano e esteve no lançamento, salientou a importância do Projeto Mesc e colocou-se à disposição para parceria com a escola por meio de palestras sobre temas de interesse da comunidade.

**Frente pela Educação Emancipadora** – A iniciativa surgiu da ideia de aglutinar valores e interesses comuns de três projetos diferentes em uma parceria que fortaleça o trabalho desenvolvido para a juventude. A iniciativa é baseada no empoderamento de jovens, discussão do machismo e temas relacionados ao preconceito com os alunos, além da aprendizagem da mediação de conflitos como instrumento de desenvolvimento e melhoria do diálogo na escola e fora dela.

[Leia matéria na íntegra](#)



Defensora pública Francis de Oliveira apresenta a iniciativa



Coordenadores dos projetos compõem mesa

## DPMG obtém êxito em ADI's suspendendo cobrança de taxas nos municípios de Janaúba, Pirapora e Sabará

*Em recentes decisões, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) deferiu medidas liminares destinadas à suspensão da cobrança de taxas de serviços públicos, previstas nos códigos tributários dos municípios de Janaúba, Pirapora e Sabará, durante julgamento de ações diretas de inconstitucionalidade da Defensoria Pública-Geral do Estado.*

As ações foram propostas pela então defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, que apontou violação ao disposto nos artigos 4º, § 2º, 144, II e § 2º, da Constituição do Estado de Minas Gerais, que exigem para a cobrança das taxas, especificidade e divisibilidade.

Novamente restou enfatizada o perfil universal da legitimidade ativa da Defensoria Pública para o controle de constitucionalidade.

A Defensoria Pública Geral contou com a colaboração do órgão da Instituição nas respectivas comarcas, por intermédio do defensor público Gustavo Dayrell, para a elaboração das petições iniciais.

### Município de Janaúba

O deferimento de medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade de nº 1.0000.18.034887-2/000, ajuizada pela DPMG contra o Município de Janaúba, suspende a cobrança de Taxa Expediente nas hipóteses de “requerimento, abaixo-assinado e petições”, “certidões, atestados e declarações”, “consultas”, “buscas em arquivos” e “outros serviços administrativos e de expediente não previstos nesta tabela”.

[Acesse aqui o acórdão contra as taxas em Janaúba](#)

### Município de Pirapora

O Órgão Especial do TJMG deferiu também medida liminar à Ação Direta de Inconstitucionalidade de nº 1.0000.18.039685-5/000, destinada à suspensão da cobrança de “Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos”, “Taxa de Limpeza Pública” e “Taxa de Expediente”, previstas no Código Tributário do Município de Pirapora.

[Acesse aqui o acórdão do julgamento](#)

### Município de Sabará

#### • Medida cautelar

No julgamento da ADI de nº 1.0000.18.052074-4/000, o Órgão Especial do TJMG decidiu-se também pela suspensão da cobrança da “Taxa de Limpeza Pública”, da “Taxa de Conservação de Vias e Logradouros”, “Taxa de Expediente” e da “Taxa de Protocolo”, todas previstas no Código Tributário do Município de Sabará.

#### • Legitimação universal

Foi reconhecida ainda a legitimação universal do defensor público-geral para a propositura da Ação Direta de Inconstitucionalidade, dispensando da demonstração de pertinência temática.

O desembargador Gilson Soares Lemes enfatizou que “admitir a necessidade da pertinência temática da Defensoria Pública, que é elencada como função essencial, seria uma clara e inequívoca violação ao princípio da isonomia em relação aos legitimados universais”.

A desembargadora Áurea Brasil ressaltou que a essencialidade da Instituição é o critério determinante da amplitude da legitimação ativa, e que a Defensoria Pública é qualificada como instrumento de concretização dos direitos e das liberdades das pessoas carentes e necessitadas.

O defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares, por sua vez, destacou que a ampliação do elenco dos legitimados pluraliza as vozes presentes nos debates constitucionais travados, promovendo, deste modo, verdadeira “democratização da jurisdição constitucional”.

[Acesse aqui o acórdão da ADI contra o município de Sabará](#)

### SAIU NA MÍDIA

A suspensão das cobranças de taxas de expedientes em Janaúba e Pirapora foram notícias no G1.

[Veja aqui a reportagem](#)

## SITUAÇÕES DE CRISE: BARRAGENS

### Justiça acolhe pedido da Defensoria Pública e Ministério Público e bloqueia R\$ 1 bilhão da Vale para ressarcir moradores de Macacos

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) acolheu pedido formulado em ação civil pública ajuizada em conjunto pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e pelo Ministério Público Estadual e determinou o bloqueio de R\$ 1 bilhão da Mineradora Vale. O objetivo é garantir o eventual ressarcimento dos prejuízos decorrentes da evacuação dos moradores de Macacos, distrito de Nova Lima, na Grande BH. Alerta de risco de rompimento da barragem da Minas Mar Azul, da empresa, levou à retirada de cerca de 200 pessoas, na noite do dia 16 de fevereiro.

A decisão judicial reforça que a mineradora tem a obrigação de assegurar o acolhimento, tanto dos moradores residentes na zona de autossalvamento, quanto daqueles que ficariam ilhados caso acontecesse o rompimento da barragem da Minas Mar Azul.

Além da obrigação quanto à manutenção dos desa-

brigados em hotéis, a Justiça determinou que a mineradora também arque com todos os custos referentes a transporte de bens, móveis, alimentação e medicamentos. No entendimento da juíza que proferiu a decisão, cabe à empresa garantir assistência médica e transporte escolar para as famílias de acordo com suas necessidades, além de tomar as providências necessárias para garantir a segurança dos imóveis desocupados contra roubos e saques.

A Defensoria Pública de Minas Gerais em Nova Lima atuou em conjunto com a Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH).

*Com informações do jornal "O Tempo"*

NA MÍDIA

[em.com](http://em.com) – 15/03/2019

### Defensores públicos mineiros dão entrevistas sobre direitos das vítimas da tragédia de Brumadinho

Defensores públicos de Minas Gerais concederam entrevistas à TV Globo, nos dias 3 e 4 de abril, para esclarecer sobre os direitos das vítimas do rompimento da Barragem da Mina do Feijão, da empresa Vale, em Brumadinho.

- Ao MGTV, primeira edição do dia 03 de abril, o defensor público Rômulo Carvalho explicou como se dá o pagamento do auxílio emergencial às vítimas e como a Defensoria Pública atua junto à Vale para a liberação dos recursos para estas pessoas.
- No dia 04 de abril, o defensor público Antônio Lopes de Carvalho Filho falou sobre os direitos das famílias realocadas pela mineradora por causa do desastre.



VEJA AS ENTREVISTAS NOS LINKS ABAIXO:

[MGTV 1ª Edição – 03/04/2019](#)

[Bom Dia Minas – 04/04/2019](#)

## Pagamento mensal emergencial não poderá ser descontado da indenização individual aos atingidos no desastre de Brumadinho

*Recursos liberados em caráter emergencial só poderão ser descontados de danos coletivos ao final do processo*

Na sétima audiência de conciliação ocorrida no dia 4 de abril, na 6ª Vara da Fazenda Pública Estadual e Autarquias, em Belo Horizonte, na ação ajuizada pela Advocacia-Geral do Estado, que trata do desastre do rompimento da Barragem da Mina do Feijão, foi acordado que os pagamentos mensais emergenciais feitos não influem nas indenizações individuais e só poderão ser compensados dos danos coletivos socioeconômicos a serem apurados ao final do processo.

Ministérios Públicos e as Defensorias Públicas estão atuando conjuntamente na ação. A Defensoria Pública de Minas Gerais esteve representada na audiência pela defensora Carolina Morishita, do Núcleo Estratégico de Proteção aos Vulneráveis em Situação de Crise.

Ainda com relação ao pagamento mensal emergencial, o juiz determinou que seja expedido ofício à Caixa Econômica Federal para que abra conta corrente para todas as pessoas cujo pagamento foi devolvido, conforme lista apresentada pela Vale.

Também foi acordado que até o dia 21 de maio deverá ser indicada, em audiência, a primeira entidade escolhida para prestar assessoria técnica aos atingidos

de Brumadinho. As assessorias técnicas das demais comunidades atingidas serão apresentadas até o dia 18 de julho de 2019, para homologação da Justiça.

Conforme definido na audiência realizada em 20 de fevereiro, a Vale deverá custear a contratação das assessorias técnicas independentes, que serão escolhidas pelos próprios atingidos, para a prestação de apoio técnico durante o processo de reparação.

**Saúde** – Ficou definido que a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) implementará ações de vigilância epidemiológica e a Fundação Ezequiel Dias (Funed) fará o acompanhamento e monitoramento sanguíneo de seres vivos para a detecção dos níveis de metais pesados.

**Meio ambiente** – Na próxima audiência, que será realizada no dia 9 de maio, a Vale deverá apresentar o cronograma de ações socioambientais a ser efetivado até 30 de setembro, antes do início chuvoso deste ano.

[Leia aqui a íntegra da ATA DA AUDIÊNCIA](#)

*Com Ascom do MPF-MG*

## Atuação da DPMG às vítimas do desastre de Brumadinho

Cinco defensores públicos atuam em Brumadinho em demandas relacionadas ao rompimento da barragem. “Temos atendido muitos familiares de vítimas, moradores de comunidades rurais que perderam casas, renda ou tiveram seus bens avariados, produtores que

perderam o plantio, a criação, pequenos comerciantes, prestadores de serviço e autônomos que perderam renda e tiveram queda drástica no faturamento após o dia 25 de janeiro”, explica Paula de Deus Mendes do Vale, coordenadora administrativa da unidade da DPMG.

Diversas questões dependem de procedimento judicial, como abertura de inventário, caso a pessoa falecida tenha deixado bens; requerimento de alvará para saques de saldos e valores deixados pela pessoa falecida em contas bancárias; definições de guarda; reconhecimento e dissolução de união estável.

Há ainda a necessidade de se declarar a morte presumida das vítimas cujos corpos ainda não foram encontrados. A Defensoria Pública de Minas Gerais está atuando junto aos interessados para solução dessas, entre outras demandas. Outra questão acompanhada pela Instituição são as indenizações aos atingidos, em âmbito coletivo e individual.

*continua >>*



## SITUAÇÕES DE CRISE: BRUMADINHO



### DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – UNIDADE BRUMADINHO

- LOCALIZAÇÃO  
Rua Oligisto, 197, bairro Ipiranga, Brumadinho.
- ATENDIMENTO  
De segunda a sexta-feira, das 10h às 12h e de 13h às 17h.

### NA MÍDIA

#### Nova sede fixa da DPMG em Brumadinho

A edição do dia 25 de março do telejornal “MGTV 1ª Edição” contou com a participação do defensor público de Minas Gerais Rômulo Luís Veloso de Carvalho, que falou sobre a forma de atuação da Instituição nesse momento, com nova sede fixa em Brumadinho, diante a necessidade de atendimento à população.

Na oportunidade, Rômulo Veloso esclareceu sobre o pagamento de indenizações emergenciais aos atingidos, além das situações em que é aplicado, e as medidas a serem tomadas.

[Veja aqui a reportagem](#)

## Audiência da ALMG para investigação sobre o desastre

A Defensoria Pública de Minas Gerais foi uma das instituições ouvidas na reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da barragem de Brumadinho, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), realizada no dia 28 de março.

Segundo informações dos auditores fiscais do trabalho

Foto: Luiz Santana / ALMG

*O defensor público de Minas Gerais, Antônio Lopes de Carvalho Filho, que representou a DPMG no encontro, ressaltou que o foco da Instituição é a reparação integral dos danos gerados pelas perdas humanas, por meio de um “mecanismo efetivo, célere e justo”.*



presentes na audiência, resultados preliminares de investigação da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais sobre o rompimento apontam que a barragem apresentava problemas desde 2002.

Falhas na drenagem, canaletas trincadas e com acúmulo de água, drenos defeituosos e a presença de gado pastando na área da barragem foram alguns dos pontos citados pelos técnicos. Os dados apresentados têm como base relatórios e fotos a que o órgão teve acesso.

Convidados e parlamentares presentes defenderam o endurecimento na responsabilização e na punição dos culpados e nas regras de licenciamento e fiscalização de barragens.

Além de investigar as causas do desastre e apontar os responsáveis, a Comissão Parlamentar de Inquérito pretende fiscalizar o cumprimento das medidas reparadoras.

“O rompimento da barragem criou situações jurídicas que precisam ser regularizadas para que as pessoas possam seguir em frente. Nesse momento, uma das frentes de atuação da Defensoria mineira é nesse sentido. São demandas como guarda de crianças órfãs, procedimentos de inventário e regularização de uniões estáveis pós-morte, entre outras”, afirmou defensor público de Minas Gerais, coordenador do Núcleo Estratégico da Defensoria Pública de Proteção aos Vulneráveis em Situações de Crise, Antônio Lopes de Carvalho Filho.

*Com informações da ALMG*



**DPMG PARTICIPA**

## Lançamento de sistema para tramitação de processos administrativos de forma eletrônica

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, foi representado pela chefe de Gabinete, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, na cerimônia oficial de integração entre instituições públicas para movimentação de documentos exclusivamente por meio eletrônico, sem o uso de papel.

O evento aconteceu no dia 27 de março, no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, com a presença do governador do Estado, Romeu Zema, e de representantes do governo federal e dos órgãos envolvidos.

*Chefe de Gabinete, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias (à esquerda), compõe a mesa de autoridades*



## Governo do Estado apresenta diagnóstico do sistema prisional em Minas

A Defensoria Pública de Minas Gerais, representada pelo coordenador regional da área Criminal da Capital, Fernando Camargos, foi uma das instituições presentes em reunião do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF), do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, com o secretário de Estado de Segurança Pública, general Mario Lucio Alves de Araújo, ocorrida no dia 1º de abril.

No encontro, o secretário apresentou aos representantes das instituições jurídicas mineiras um diagnóstico e as perspectivas do sistema prisional em Minas Gerais. No painel “O sistema prisional: status e perspectivas”,

Mario Lucio Araújo mostrou o que vem sendo feito no âmbito da secretaria para propor melhorias na segurança pública.

O defensor público Fernando Camargos parabenizou o secretário Mario Araújo e o secretário adjunto Gustavo Tostes pelos três meses de trabalho frente ao sistema prisional, reafirmando a manutenção da parceria da Seap com a Defensoria Pública para a consecução dos objetivos da população do estado de Minas Gerais, destacando o compromisso de prestar assistência jurídica aos vulneráveis em privação de liberdade.

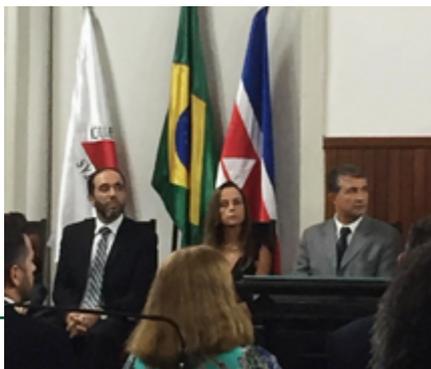
[Leia matéria na íntegra](#)



*O secretário de Segurança Pública, general Mario Lucio Alves de Araújo, apresenta o atual estado e as perspectivas do sistema prisional em Minas*

Foto Eric Bezerra/  
TJMG

## Solenidade de entrega de título de cidadão honorário



A coordenadora da Regional Mata I, Ana Lucia Gouvêa Leite, representou a Instituição, dia 14 de março, na solenidade de entrega do título de cidadão honorário ao presidente da 4ª subseção da OAB de Minas Gerais, João Roberto Lourenço. O evento ocorreu na Câmara Municipal de Juiz de Fora.

*Coordenadora Ana Lucia Gouvêa, acompanhada das demais autoridades, na solenidade*

## Inauguração de sede de delegacias da Polícia Civil de Minas Gerais

A Defensoria Pública de Minas Gerais foi representada pela defensora pública Laurelle Carvalho de Araújo na cerimônia de inauguração da nova sede das Divisões Especializadas de Atendimento à Mulher, ao Idoso e a Pessoa com Deficiência e Vítimas de Intolerância (Demid) e de Orientação e Proteção à Criança e ao Adolescente (Dopcad), da Polícia Civil de Minas Gerais. O evento aconteceu no dia 19 de março.

As novas instalações estão localizadas na Av. Barbacena, nº 288, Barro Preto, em Belo Horizonte.



*Defensora pública Laurelle Carvalho (à direita), acompanhada pelo chefe-adjunto da PCMG, delegado-geral Joaquim Francisco Neto e Silva, entre outras autoridades*

## Encontro define responsabilidade pelo Centro de Reabilitação de Adolescentes de Araxá

A Defensoria Pública de Minas Gerais participou de reunião sobre o Centro de Reabilitação de Adolescentes de Araxá (Cerad), após várias decisões judiciais determinando que o Estado retome a responsabilidade do Cerad.

O encontro aconteceu na cidade no dia 19 de março, com a presença do secretário de Estado de Segurança Pública e de Administração Prisional (Sesp-MG e Seap-MG), general Mario Lucio de Araujo, e representantes de órgãos de defesa da criança e do adolescente e de instituições ligadas à segurança pública do Estado e do Município. A DPMG foi representada pelo defensor público Fábio Gandara Bettoni, coordenador Local da Instituição na comarca.

A reunião foi realizada após várias decisões judiciais determinando que o Estado retome a responsabilidade

do Cerad de Araxá. Atualmente, a custódia é promovida pelo Município, o que está em desacordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Desde 2012, o Município tentava na Justiça mudar essa situação. Ação proposta pelo Ministério Público para esse fim foi deferida em 1ª e 2ª instâncias.

Para colocar as decisões judiciais em prática de forma viável, o Governo de Minas procurou as autoridades locais. O prefeito de Araxá acordou em auxiliar no que for possível para a concretização da transição de gestão, inclusive com a regularização de terreno a ser doado pelo Município ao Estado para construção de um novo estabelecimento para internação de adolescentes. Após reforma nas instalações atuais pela Prefeitura, o Cerad voltará à responsabilidade do Estado. Foi estabelecido o prazo máximo de 90 dias.

A Defensoria Pública de Minas Gerais irá acompanhar a execução do que foi acordado pelos envolvidos na reunião.

A reunião foi uma das atividades da visita técnica de comitiva do Poder Executivo estadual à 9ª Região Integrada de Segurança Pública (Risp), realizada na região, nos dias 19, 20 e 22 de março.



## Lançamento do Parlamento Jovem Minas em Itajubá

A coordenadora Local da DPMG em Itajubá, defensora pública Jacqueline Carneiro Roque Peyrer, representou a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) no lançamento do Parlamento Jovem Minas, realizado no dia 22 de março, na Câmara Municipal de Itajubá.

A cerimônia, promovida pela Câmara Municipal, por meio da Escola do Legislativo Professora Eraídes Rabelo, contou com alunos participantes do pro-

jeto e representantes das instituições de ensino.

O Parlamento Jovem de Minas Gerais é uma iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG) e da PUC Minas, realizado anualmente com o objetivo de possibilitar aos alunos do ensino médio de escolas públicas e particulares a vivência do processo democrático mediante a participação nas casas legislativas.

*Com informações da TV Câmara*



*Defensora pública Jacqueline Carneiro (5ª posição da esquerda para a direita, à frente) acompanhada dos alunos e demais profissionais envolvidos no projeto*

## Inauguração da nova sede da Justiça Federal em Ipatinga

A Defensoria Pública de Minas Gerais foi representada pela coordenadora da Regional do Vale do Aço e local da unidade em Ipatinga, Letícia Fonseca Cunha, na cerimônia de inauguração da nova sede da Justiça Federal em Ipatinga. O evento aconteceu no dia 27 de março.

A sede, que recebeu o nome de Fórum Sebastião Alves do Reis, foi celebrada pelas autoridades presentes, que reconheceram a importância da instalação do fórum.

Além da defensora pública, o evento também contou com a presença do desembargador presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, Carlos Eduardo Moreira Alves; e do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Sebastião Alves do Reis Júnior.

*Com informações do "Diário do Aço"*



*Nova sede da Justiça Federal inaugurada em Ipatinga*

## Passagem de Comando da 4ª Região Militar do Exército



*Autoridades participam da Passagem de Comando*  
Foto: Renato Cobucci/Imprensa MG

Representando a defensora pública-geral de Minas Gerais em exercício, Luciana Leão Lara Luce, o defensor público e assessor institucional Wilson Hallak Rocha compareceu à cerimônia de Passagem de Comando da 4ª Região Militar do Exército.

A solenidade aconteceu no dia 10 de abril e representou a transferência de comando do general de Divisão Henrique Martins Nolasco Sobrinho para o general de Divisão Altair José Polsin.

Além do defensor Wilson Hallak, a solenidade contou com a presença do comandante-militar do Leste, general Walter Souza Braga Netto.

## EVENTOS

### Casamento Comunitário de BH alcança 500 inscrições

Quinhentos casais de Belo Horizonte estão inscritos para participar do Casamento Comunitário, evento promovido pela Defensoria Pública de Minas Gerais, em parceria com os Cartórios de Registro Civil de Minas Gerais e apoio de várias instituições, entidades e empresas.

A “festa da cidadania” será no dia 24 de maio, às 9h30, no Ginásio do Mineirinho, na Capital. O número limite de casais foi alcançado no dia 11 de abril, um dia antes do prazo previsto para término das inscrições.

Entrada dos noivos em tapete vermelho, marcha

nupcial executada pela Banda da Polícia Militar de Minas Gerais, troca de alianças, bênção ecumênica, cabine de fotos instantâneas e sorteio de presentes para os casais são alguns dos detalhes da cerimônia, que deve contar com a presença de aproximadamente 8 mil pessoas.

Esta é 4ª edição do evento em Belo Horizonte. A Defensoria já promoveu o Casamento Comunitário em diversas comarcas do interior. Neste ano, as cidades de Sete Lagoas, Guanhães, Ubá, Pedro Leopoldo e Ponte Nova recebem também a iniciativa.

**CASAMENTO COMUNITÁRIO 2019**

**INSCRIÇÕES ABERTAS E LIMITADAS**

CIDADE	PERÍODO DE INSCRIÇÃO	CERIMÔNIA
SETE LAGOAS	De 01 de março a 01 de abril	Cerimônia: 31 de maio
GUANHÃES	De 11 de março a 15 de abril	Cerimônia: 30 de maio
UBÁ	De 11 de março a 15 de março	Cerimônia: 03 de agosto
PEDRO LEOPOLDO	De 18 de março a 30 de abril	Cerimônia: 29 de julho
PONTE NOVA	De 18 de março a 20 de maio	Cerimônia: 29 de junho

Realização:

Saiba mais >>

**CASAMENTO COMUNITÁRIO**

**Inscrições gratuitas e limitadas**  
De 01 de março até 12 de abril de 2019

**Cerimônia**  
Dia 24 de maio de 2019 | Mineirinho

Informações: (31) 3526-0312 | [www.defensoria.mg.def.br](http://www.defensoria.mg.def.br)

**Belo Horizonte**

Saiba mais >>

BOLETIM INFORMATIVO DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Produção e diagramação: Ascom/DPMG

Siga-nos no  
**Facebook e  
Instagram.**



@defensoriamineira



[www.defensoria.mg.def.br](http://www.defensoria.mg.def.br)

## COMUNICADOS INTERNOS

### DEFENSORIA-GERAL INFORMA

#### **PJe – link para certidão de instabilidade do sistema**

Conforme comunicado oficialmente pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, o Processo Judicial Eletrônico (PJe) tem passado por problemas de desempenho, desde o dia 07 de março de 2019, causando momentos de instabilidade.

Para obter certidões de indisponibilidade do sistema, [clique aqui](#) e acesse o título “CERTIDÃO DE INDISPONIBILIDADE”.

A Defensoria Pública-Geral está em contato com o Tribunal de Justiça desde que a instabilidade do sistema foi verificada, buscando a suspensão dos prazos processuais desde 07 de março até a data em que o PJe voltar a funcionar regularmente.

#### **Inscrito para vaga no Núcleo de Atuação junto aos Tribunais Superiores, em Brasília/DF**

A Defensoria Pública-Geral informa que Flávio Aurélio Wandek Filho foi o defensor público inscrito para preenchimento de vaga para fins de designação no Núcleo de Atuação junto aos Tribunais Superiores, em Brasília/DF.

A consulta foi estabelecida pela Resolução nº 56/2019, retificada pela Resolução nº 63/2019.

A regulamentação está prevista pela Deliberação nº 13/2017, alterada pela Deliberação nº 76/2019.

### CORREGEDORIA-GERAL INFORMA

#### **Correição Ordinária em Mariana e Pitangui**

A Corregedoria-Geral da DPMG informa que irá instalar e realizar Correição Ordinária nas unidades da Defensoria Pública em Mariana e em Pitangui, nos dias 24 e 30 de abril respectivamente, a partir das 10h30.

A sessão será aberta à participação dos defensores públicos, magistrados, promotores de Justiça, advogados, serventuários, demais autoridades, assistidos e interessados em geral. Na oportunidade, serão recebidas sugestões e eventuais reclamações sobre as atividades dos membros da Instituição.

[Veja aqui o edital de Mariana](#)

[Veja aqui o edital de Pitangui](#)

### ESDEP INFORMA

#### **• Inscrições para o Prêmio Innovare até 25 de abril**

A Esdep-MG informa que estão abertas, até às 18h do dia 25 de abril, as inscrições para a 16ª edição do Prêmio Innovare. Podem concorrer trabalhos que já estejam em prática em todos os estados do país e que tenham resultados positivos para o aprimoramento do sistema de justiça.

Além das categorias já tradicionais – Tribunal, Juiz, Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia –, com tema livre, este ano haverá um Prêmio Destaque para a prática que tiver como principal objetivo a “Promoção e Defesa dos Direitos Humanos”.

Também podem participar profissionais de todas as áreas do conhecimento, desde que tenham práticas relacionadas ao aprimoramento e administração do sistema de Justiça e dos serviços prestados por este sistema à população.

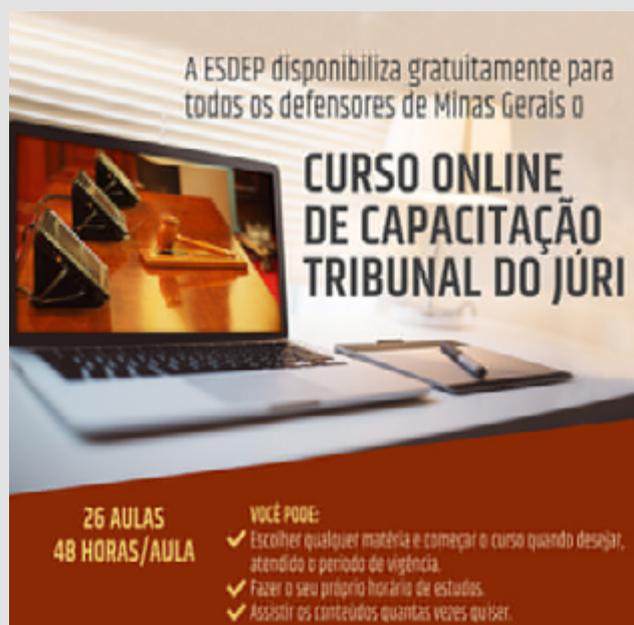
[Veja mais informações e para se inscrever](#)

*Com informações do Prêmio Innovare (21/03/2019)*

#### **• Curso online de capacitação Tribunal do Júri**

A Esdep disponibiliza gratuitamente para os defensores públicos de Minas Gerais o “Curso online de capacitação Tribunal do Júri”. São 26 horas/aula e estará disponível por 6 meses.

Solicite seu cadastro pelo mail [escolasuperior@defensoria.mg.def.br](mailto:escolasuperior@defensoria.mg.def.br) com o título “Capacitação Tribunal do Júri”, informando seu nome, telefone e e-mail.



A ESDEP disponibiliza gratuitamente para todos os defensores de Minas Gerais o

## CURSO ONLINE DE CAPACITAÇÃO TRIBUNAL DO JÚRI

**26 AULAS**  
**48 HORAS/AULA**

**VOCÊ PODE:**

- ✓ Escolher qualquer matéria e começar o curso quando desejar, atendido o período de vigência.
- ✓ Fazer o seu próprio horário de estudos.
- ✓ Assistir os conteúdos quantas vezes quiser.

*continua >>*

## COMUNICADOS INTERNOS

### CNPCP – Consolidação das resoluções do órgão

Encontra-se disponível na intranet a Resolução nº 01/2019 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), publicada no Diário Oficial da União no dia 14/03/2019, e que dispõe sobre a consolidação das Resoluções do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

[Leia a Resolução nº 01/2019 – CNPCP](#)

[Acesse aqui o compêndio integral e o histórico dos normativos do CNPCP](#)

*Fonte: Ascom/DPMG (20/03/2019)*

### STI INFORMA

#### Procedimentos com mensagens de potencial risco de segurança

A Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) informa que a instabilidade que tem atingido os sistemas da DPMG não oferece riscos de segurança para os usuários.

A STI está trabalhando para solução e disponibiliza um guia com informações sobre procedimentos a serem adotados ao aparecerem na tela mensagens de potencial risco de segurança.

[Clique aqui para acessar as informações](#)

*Fonte: Ascom / DPMG (03/04/2019)*

### SGPSO INFORMA

#### • Recadastramento dos aposentados da DPMG

A Superintendência de Gestão de Pessoas e Saúde Ocupacional (SGPSO) comunica a publicação da Resolução nº 086/2019, de 02/04/2019, que versa sobre o recadastramento dos aposentados da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, membros e servidores.

A Resolução nº 086/2019 contém os procedimentos e formulários para recadastramento e está disponível no site da DPMG, no menu superior “Serviços”, campo “Recadastramento”.

[Acesse aqui o documento](#)

*Fonte: SGPSO/DPMG (08/04/2019)*

### SRLI/DPA INFORMA

#### • Ajustes patrimoniais na Unidade III de 1º a 30/04

A Diretoria de Patrimônio e Almoxarifado (DPA) informa que está prevista, entre os dias 1º e 30/04/2019, a realização *in loco* de trabalhos de ajustes patrimoniais dos bens alocados nas unidades administrativas da Unidade III: Portaria/DML (Térreo, G1, G2 e G3); DEINJ- Cível BH (4º andar); Nudem (5º andar); Desits- Cível (6º e 7º andar); Desits- Criminal (8º e 9º andar); Coordenação Cível (10º ao 13º andar).

Será necessário o acompanhamento de uma pessoa de cada setor que possa dirimir dúvidas que, porventura, venham ocorrer.

Durante a realização do trabalho, a DPA poderá solicitar que sejam apresentados notebooks, tablets, gravadores de DVD, webcam, câmeras fotográficas e/ou outros bens que estejam sob posse de defensores/ servidores.

Com intuito de realizar um trabalho justo e coeso, a DPA solicita que não haja movimentações de bens patrimoniais entre os ambientes dessas unidades. Caso a movimentação seja imprescindível, a DPA solicita que seja informada ao setor para que seja efetuado o devido registro.

*Fonte: DPA / DPMG (27/03/2019)*

#### • Alteração do Cronograma de abril/2019 - Rota 2 e 3 - Requisição de Material de Consumo

A DPA informa ainda que, devido ao feriado da Semana Santa, fica alterado o cronograma de material de consumo para as unidades localizadas na Região Zona da Mata e Triângulo do Estado de Minas Gerais, conforme abaixo.

**Rota 2 - Região Zona da Mata:** As requisições de material de consumo deverão ser encaminhadas até o dia 11/04/2019 e a entrega ocorrerá até o dia 25/04/2019.

**Rota 3 - Região do Triângulo:** As requisições de material de consumo deverão ser encaminhadas até o dia 16/04/2019 e a entrega ocorrerá até o dia 30/04/2019.

A planilha de requisição deverá ser encaminhada ao e-mail [dpa@defensoria.mg.def.br](mailto:dpa@defensoria.mg.def.br)

A Diretoria ressalta que as demais rotas permanecem com os cronogramas inalterados.

*Fonte: DPA/DPMG (02/04/2019)*